

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.387.170 - PR (2013/0168271-2)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO
ADVOGADOS : ROOSEVELT ARRAES - PR034724
: ROGÉRIO HELIAS CARBONI E OUTRO(S) - PR037227
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO**, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do TRF da 4ª Região, assim ementado:

"PENAL. INQUÉRITO POLICIAL. FALSIDADE IDEOLÓGICA. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA.

Deve ser recebida a denúncia que imputa a prática do crime de falsidade ideológica de CRP (Certificado de Regularidade Previdenciária), porquanto presentes indícios de autoria e prova da materialidade do crime do artigo 299 do CP." (e-STJ, fl. 135).

Opostos embargos, restaram rejeitados (e-STJ, fls. 150-153).

Alega o recorrente violação ao art. 6º da Lei 8.038/90, 619 e 620 do CPP, argumentando, em suma, argumentando omissão do acórdão recorrido, a despeito da oposição de aclaratório, em relação à atipicidade da conduta.

Argumenta que o Tribunal de origem não teria se manifestado, a despeito da oposição de aclaratórios, sobre a falta de prejuízo decorrente da emissão de Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) até junho de 2008, diante do pagamento das obrigações correspondentes.

Salienta, ainda, que a falsidade na informação da CRP teria sido por excesso, na forma de informação sobre recolhimento a maior dos tributos devidos, o que não inviabilizaria a emissão da certidão correspondente, pressuposta à configuração do delito, segundo a acusação.

Cogita, ainda, que, em relação a transferências obrigatórias, não há necessidade de emissão da CRP, de modo que inexistiria tipicidade material quanto a verbas oriundas de saúde e assistência social constantes na inicial.

Aponta, ainda, contrariedade ao art. 554 do CPC, art. 6º, § 1º, da Lei 8.038/90 e art. 7º, X, XI e XIII da Lei 8.906/94, uma vez que o recorrente não teria sido intimado da data do julgamento do recurso de embargos de declaração, apesar de requerimento expresso quando da oposição.

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fl. 269-279).

É o relatório.

Decido.

No que se refere à cogitada violação da ampla defesa, por ausência de intimação da data da sessão de julgamento dos embargos declaratórios, não assiste razão ao recorrente, uma vez que o recurso correspondente é julgado em mesa, conforme previsão do art. 1.024, § 1º do CPC c/c art. 3º do CPP, inviabilizando *ope legis* a

Superior Tribunal de Justiça

pretensão de sustentar oralmente ou mesmo ser intimado da data da sessão de julgamento.
Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. JULGAMENTO EM MESA. OBSERVÂNCIA DO PRAZO LEGAL. DESNECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DA DEFESA. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. O julgamento dos embargos de declaração independe de inclusão em pauta e intimação da data da sessão de julgamento, mediante publicação na imprensa oficial, uma vez que o feito é apresentado em mesa e não cabe a sustentação oral.

2. Ordem denegada."

(HC 448.294/PE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 02/08/2018)

No que se refere à omissão cogitada, verifica-se que as razões dos aclaratórios limitam-se a argumento de qualidade, consubstanciado na ausência de tipicidade material, pela suposta ausência de prejuízo, o que não obsta o recebimento da denúncia, conforme decidido pela Corte local.

No ponto:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL ACUSATÓRIO. SÚMULAS N.os 126/STJ E 283/STJ. INAPLICABILIDADE. OFENSA REFLEXA A PRECEITO CONSTITUCIONAL. FUNDAMENTO INSUFICIENTE À MANUTENÇÃO DO ARESTO RECORRIDO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 2.º, INCISO II, DA LEI N.º 8.137/1990. REJEIÇÃO DA DENÚNCIA PROCEDIDA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. ATIPICIDADE DA CONDUTA. INSURGÊNCIA MINISTERIAL. CONTRARIEDADE AO ART. 395, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ICMS PRÓPRIO DECLARADO E NÃO PAGO. VEROSSÍMIL TIPICIDADE FORMAL E MATERIAL. PRECEDENTES. REGULAR PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO CRIMINAL. PERTINÊNCIA. EXEGESE DA SÚMULA N.º 709/STF. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(...)

3. Em juízo de prelibação acusatório, reputa-se indevida e prematura a rejeição da denúncia quando presentes indícios de autoria e da materialidade delitiva, pois, nessa fase processual, prevalece o primado do in dubio pro societate.

4. Nesse contexto, confirma-se a pertinência do recebimento da denúncia ofertada, determinando-se, em série, o regular prosseguimento do feito perante o Juízo primevo.

5. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 1.464.941/GO, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 17/09/2019)

"PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIMES CONTRA PROCESSO LICITATÓRIO. NULIDADE DA

DECISÃO QUE RECEBEU A DENÚNCIA. DESNECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO. NOVA OPORTUNIDADE APÓS RECEBIMENTO DA RESPOSTA À ACUSAÇÃO. INOCORRÊNCIA DE ILEGALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A decisão que recebe a denúncia (CPP, art. 396) e aquela que rejeita o pedido de absolvição sumária (CPP, art. 397) não demandam motivação profunda ou exauriente, considerando a natureza interlocutória de tais manifestações judiciais, sob pena de indevida antecipação do juízo de mérito, que somente poderá ser proferido após o desfecho da instrução criminal, com a devida observância das regras processuais e das garantias da ampla defesa e do contraditório.

2. Conforme reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e na esteira do posicionamento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, consagrou-se o entendimento de inexigibilidade de fundamentação complexa no recebimento da denúncia, em virtude de sua natureza interlocutória, não se equiparando à decisão judicial a que se refere o art. 93, IX, da Constituição Federal. Precedentes.

3. A denúncia deve ser analisada de acordo com os requisitos exigidos pelos arts. 41 do CPP e 5º, LV, da CF/1988. Portanto, a peça acusatória deve conter a exposição do fato delituoso em toda a sua essência e com todas as suas circunstâncias, de maneira a individualizar o quanto possível a conduta imputada, bem como sua tipificação, com vistas a viabilizar a persecução penal e o exercício da ampla defesa e do contraditório pelo réu.

4. No caso em exame, tal como destacado pelo voto condutor denegatório da ordem pelo Tribunal de origem, tendo havido a narração de fato típico, antijurídico e culpável, com a devida acuidade, suas circunstâncias, a qualificação dos acusados, e a classificação do crime, viabilizando a aplicação da lei penal pelo órgão julgador e o exercício da ampla defesa pela denúncia, forçoso reconhecer que a peça acusatória permite a deflagração da ação penal. 5. Sabe-se que após a edição da Lei nº 11.719, de 2008, no Código de Processo Penal, passou a constar dois momentos diferentes para o recebimento da denúncia. O primeiro, tal como previsto no art. 396 do CPP, determina que o Juízo apenas observe se é o caso de rejeitar liminar a denúncia, verificando qualquer causa elencada no dispositivo antecedente (art. 395 do CPP). O segundo ocorre após a citação e apresentação da resposta à acusação, nos termos dos arts. 396-A e 397, oportunidade em que serão apreciadas as causas de uma possível absolvição sumária.

6. Considerando que, se nem mesmo a absolvição sumária exige motivação aprofundada, tal requisito não se impõe quando da análise do recebimento ou da rejeição da denúncia, que pressupõe apenas uma simples análise da regularidade da peça acusatória. Precedentes.

7. Recurso em habeas corpus não provido."

(RHC 109.666/RS, de minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 15/08/2019, DJe 20/08/2019)

Desse modo, comprovado que o embargante pretendia a rediscussão de matéria já resolvida pela Corte de origem, não há falar em violação ao art. 619 do CPP,

Superior Tribunal de Justiça

consoante jurisprudência pacificada nesta Corte:

"PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÕES. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. DESCABIMENTO. TESE DE QUE O EMBARGANTE NÃO FOI INFORMADO DO SEU DIREITO AO SILÊNCIO DURANTE A ABORDAGEM POLICIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDOS, SEM EFEITOS INFRINGENTES.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, a teor do art. 619 do Código de Processo Penal - CPP, e erro material, conforme art. 1022, III, do Código de Processo Civil - CPC.

2. Sem a demonstração das hipóteses de cabimento, a rejeição dos embargos de declaração é medida que se impõe, notadamente quando o embargante pretende a rediscussão da questão controvertida para modificar o provimento anterior.

3. O prequestionamento admitido por esta Corte se caracteriza quando o Tribunal de origem emite juízo de valor sobre determinada questão, englobando aspectos presentes na tese que embasam o pleito apresentado no recurso especial. Assim, uma tese não refutada pelo Tribunal de origem não pode ser conhecida no âmbito do recurso especial por ausência de prequestionamento.

4. Embargos declaratórios parcialmente acolhidos, sem efeitos infringentes."

(EDcl no AgRg no AREsp 1314841/SE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 23/09/2019)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA DEVIDAMENTE ABORDADA E DECIDIDA. MERA INSATISFAÇÃO COM O RESULTADO DA DEMANDA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Conforme dispõe o art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou ambiguidade existentes no julgado.

2. A pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no acórdão embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, é incabível na via dos embargos de declaração.

3. Embargos de declaração rejeitados."

(EDcl no AgRg no HC 453.541/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 30/05/2019, DJe 11/06/2019)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **nego provimento** ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator

